



DESAFIOS NOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE LIBRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA SALA DE AEE

Fátima Miliane Silva Maciel ¹
Francisco Ebson Gomes-Sousa ²

RESUMO

Somente a partir da década de 1990 a educação inclusiva passou a ser pesquisada em uma perspectiva acadêmica no Brasil. O que tornou a discussão acerca da atuação de professores em Libras tardia, por exemplo. A preparação destes professores para o meio acadêmico é uma tarefa árdua, pois os obstáculos são inúmeros, devendo estes estarem aptos a se comunicarem com os mais diversos tipos de alunos independente de suas condições sensoriais, motoras, intelectuais, comportamentais, entre outras. Neste sentido a presente pesquisa buscou analisar os obstáculos nos espaços de atuação dos professores em Libras utilizando a proposta de visitar uma sala de aula de AEE investigando sob a perspectiva do professor de Libras quais os seus maiores desafios e como estes lidavam com essas intempéries. De forma abrangente, a falta de profissionais capacitados para o ensino de Libras em outros municípios foi citada pelo professor, além da geral indisponibilidade de recursos e da pouca quantidade de aulas semanais, onde o mesmo demonstrou com aptidão que quase todas as barreiras eram superadas com seu bom planejamento e criatividade. Pois somente com uma visão criativa, eficiente e inovadora é que a educação especial será tratada com a real importância e necessidade.

Palavras-chave: Recursos didáticos, Surdos, Inclusão, Professores de Libras, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

No Brasil apenas a partir da década de 1990 a educação inclusiva passou a ser tratada por uma perspectiva de formação acadêmica (GARCIA e MICHELS, 2011). De modo que se iniciou a discussão acerca da atuação de professores para o ensino de Libras, então tratar sobre esta temática é um assunto recente, uma vez que a sua inclusão no meio acadêmico ocorreu de forma tardia como podemos observar.

A formação de professores de Libras para o meio acadêmico é uma tarefa árdua, pois os obstáculos e desafios são inúmeros, devendo estes estarem aptos a se comunicarem com os mais diversos tipos de alunos independente de suas condições sensoriais, motoras, intelectuais, comportamentais, entre outras, mas com a especificidade cultural e linguística necessária.

¹ Graduanda do Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Ufersa, milianemaciel19@gmail.com;

² Professor Mestre do Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa, ebson.gomes@ufersa.edu.br;



O Brasil possui cerca de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva de acordo com dados do IBGE³ (IBGE, 2019), o que equivale a 5% da população do país, e somente a partir do ano de 2002 com a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) que garante o direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, a língua Libras foi decretada como sendo a língua oficial desta comunidade, ou seja, a utilização de tal é muito antiga, mas o seu reconhecimento ainda é um processo recente.

Neste sentido, torna-se nítido que a atuação do professor de Libras ainda é repleta de obstáculos e ainda há uma falta de amparo para estes profissionais, haja vista ainda a maioria dos currículos de educação básica ainda não terem esta disciplina, por exemplo. Assim, cabe a esta pesquisa abordar tais empecilhos que independentemente das normas vigentes vem a ocorrer, de modo que sejam observados seus causadores e as formas que podem ser enfrentados.

Neste sentido o presente artigo tem como objetivo geral a análise acerca dos desafios nos espaços de atuação dos professores em Libras, e de forma específica observar o contexto da formação de professores de alunos surdos em uma escola pública do interior do estado do Rio Grande do Norte, elencando as dificuldades existentes; explorar os métodos do processo de ensino-aprendizagem da Libras; investigar o contexto educativo e o modo em que os problemas são enfrentados.

Para tanto, inicialmente realizamos uma análise acerca das diferentes bibliografias encontradas para que após isso, fosse observado no contexto da escola analisada, que fica localizada em Caraúbas/RN, a realidade vivida pelo professor/intérprete de Libras, o qual demonstrou seus desafios técnicos e sociais tratados periodicamente. Atestando assim que a Educação Inclusiva ainda possui um longo percurso até a sua real efetivação na sociedade brasileira, sendo imprescindível sua devida funcionalidade, de modo que a isonomia pregada na constituição seja verdadeiramente cumprida.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada pautou-se principalmente no estudo exploratório, onde foi realizada uma análise de caso em um local específico. Piovesan e Temporini (1995) citam que:

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>



“A pesquisa exploratória, ou estudo exploratório, tem por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde ocorre. Nessa concepção, esse estudo tem um sentido geral diverso do aplicado à maioria dos estudos: é realizado durante a fase de planejamento da pesquisa, como se uma subpesquisa fosse e se destina a obter informação do Universo de Respostas de modo a refletir verdadeiramente as características da realidade. Assim, tem por finalidade evitar que as predisposições não fundadas no repertório que se pretende conhecer influam nas percepções do pesquisador e, conseqüentemente, no instrumento de medida. Não corrigido, este tipo de tendência poderá conduzir o pesquisador a perceber a realidade segundo sua ótica pessoal, de caráter técnico-profissional. A pesquisa exploratória, permitindo o controle dos efeitos desvirtuadores da percepção do pesquisador, permite que a realidade seja percebida tal como ela é, e não como o pesquisador pensa que seja.” PIOVESAN e TEMPORINI (1995)

Portanto, a pesquisa com caráter exploratório não trata somente da análise do ponto de vista do autor, levando-o a observar fisicamente o contexto da situação, observando e pontuando as especificidades do estudo de forma mais incisiva. Além do estudo exploratório para que se chegue a um ponto de vista final, foi utilizado o modo de pesquisa qualitativo. Uma vez que ocorrerá uma visita exploratória, e o estudo qualitativo auxiliou a investigação acerca do conjunto de opiniões e representações subjetivas sobre o tema (MINAYO et al,1993).

Além de obter respaldo bibliográfico suficiente para que se possa ocorrer uma devida discursão da temática, decorrente de amplas leituras definindo quais temas, conceitos, abordagens, dados e visões se querem agrupar para sua sistemática de trabalho, de modo a desenvolver uma pesquisa com alto grau de relevância servindo como respaldo para futuras pesquisas nesta mesma temática. (KOCHE, 2005)

Assim, para o desenvolvimento do projeto foi desempenhada uma visita técnica a Escola EPLGO⁴, em Caraúbas/ RN. Tendo como público alvo os alunos da sala de aula do AEE (Atendimento Educacional Especializado), que possuía em sua composição três alunos surdos. Logo após foram observadas as dificuldades tanto no ponto de vista do professor ministrante quanto dos alunos, que possuíam faixa etária de 17 e 18 anos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva brasileira e os caminhos que os estudantes surdos precisam percorrer

Assim como os direitos assegurados aos brasileiros, a educação está prescrita no artigo 205° da Constituição Federal de 1988:

⁴ Sigla para preservar a identidade da escola.



“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1988, Art. 205 e 206)

Ainda, no que se refere a educação especializada, o artigo 208º (idem) cita que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores⁵ de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Desta forma, torna-se necessária a disponibilidade de atendimento especial nas escolas, de modo que estudantes com e sem deficiência sejam tratados de forma isonômica e eficiente.

Desde 2002 na Lei nº 10.436/2002 e no Decreto Federal nº 5.626, de 2005 é exigido que a educação brasileira trate a Libras como a língua materna de alunos surdos, de modo que sejam integrados, desenvolvam suas capacidades intelectuais igualmente a alunos sem deficiência, e que ocorra uma boa comunicação entre alunos e professores.

Porém, a realidade da inclusão é a ineficiência da garantia deste direito em muitos casos, tendo em vista que a maioria das escolas brasileiras não possuem as adaptações necessárias, tanto de espaço físico, quanto do corpo docente/técnico especializado. Dificultando que o aluno surdo seja integrado efetivamente.

A presença de professores capacitados para lidar com esta classe de alunos, torna-se primordial para o correto aprendizado. Pontuando especificamente os surdos, a necessidade da formação de professores de Libras para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é essencial, uma vez que com a capacitação devida os professores adquirem diferentes recursos que podem e devem ser utilizados em sala de aula.

Além da formação dos professores em Libras, é importante que os alunos com tal deficiência compreendam tanto esta língua, quanto a língua portuguesa, para que assim sejam considerados bilíngues e possam acompanhar as aulas juntamente aos demais alunos. Tratando a Libras como sua língua L1 e o português como L2.

Portanto, o caminho que o aluno surdo deve percorrer se inicia desde antes da inserção propriamente dita com os demais alunos na sala de aula, pois este necessitará do aprendizado da Libras para eu seja possível o total acompanhamento mesmo na presença de um tradutor/intérprete.

⁵ Não mais utilizada esta terminologia, contudo, apresenta esta denominação em muitas das legislações sobre a temática.



A formação de professores para o ensino de Libras e seus reflexos para a educação de surdos

A formação de professores para o ensino de Libras ainda é uma temática recente no Brasil, tendo em vista que somente a partir da década de 1990 está começando a ser vista como disciplina propriamente dita, porém ainda não como uma formação de nível superior, o que ocorreu de forma tardia.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FNEIS) junto ao Ministério da Educação (MEC) desenvolveu a formação de instrutores de Libras por meio de cursos, porém, ainda somente com uma visão de aprendizado próprio, de forma que os participantes conseguissem compreender a linguagem e se comunicassem por meio de tal, mas ainda não de forma pedagógica, sem demonstrar como ensiná-la. (LODI e LACERDA, 2015).

Mesmo com a formação dos instrutores de Libras na década de 1990 somente nos anos 2000 estes começaram a compor o nível superior, ou seja, a partir desta década a comunidade surda adquiriu o poder de adentrar no nível superior, pois a Lei 10.098/00 (BRASIL, 2000) passou a assegurar a presença de um tradutor/intérprete de Libras nas salas de aula. Este acontecimento, tornou-se marco para os alunos surdos, uma vez que estes poderiam ingressar na universidade em um curso de pedagogia, por exemplo, e passarem a ministrar aulas para crianças surdas.

Em 2005 ocorreu a promulgação do Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) regulamentando sobre a Língua Brasileira de Sinais, isso fez com que aumentasse a formação de professores bilíngues, aptos tanto na língua de sinais quanto na língua portuguesa. Logo no ano seguinte, em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi pela primeira vez no Brasil disponibilizado o curso de licenciatura em Letras Libras, com foco principal na formação de professores tanto para a educação básica quanto superior.



Recursos didáticos para a inclusão de alunos surdos

Um dos maiores obstáculos para a atuação dos professores de Libras na Educação Especial para surdos está na indisponibilidade de uma vastidão de recursos didático-pedagógicos diferentes para que ocorra um bom processo de ensino-aprendizagem.

Todos os instrumentos utilizados para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, independente do material, são conhecidos por recursos didáticos, sejam jogos, aulas práticas, vídeos, entre outros. (LORENZATO, 2010)

Porém, Costa et. al.(2018) ressalta que:

“Os jogos também são recursos didáticos que podem ser utilizados em sala de aula. Porém, assim como qualquer recurso didático não é só o uso dele a garantia de sucesso do aluno. É necessário que haja uma reflexão inicial da sua importância para as aprendizagens do aluno surdo. Segundo Lara (2003, p. 21), “Deve-se, refletir sobre o que queremos alcançar com o jogo, pois, quando bem elaborados, eles podem ser vistos como estratégias de ensino que poderá atingir diferentes objetivos que variam desde o simples treinamento, até a construção de um determinado conhecimento.” (COSTA et. al. 2018)

Para que o processo ensino-aprendizagem seja completo, o docente necessita unir tanto estratégias metodológicas diferentes quanto o conteúdo didático-pedagógico que está por trás da prática em si. Neste sentido, ministrar aula para alunos surdos requer além do simples conhecimento da Libras, necessita principalmente de uma mudança nos recursos pedagógicos comumente utilizados no ensino para não surdos, uma vez que a indisponibilidade de recursos didáticos para alunos surdos é enorme.

“A mera tradução do conteúdo e/ou a adaptação de recursos utilizados em aulas para turmas de ouvintes não garante a efetiva participação do aluno surdo, tampouco sua compreensão, já que a gama de conhecimentos prévios acumulados pelo surdo em cada disciplina é quase sempre menor que a dos ouvintes, devido à dificuldade de comunicação com o mundo ao seu redor.” (FERRAZ, 2014)

Neste sentido é amplamente importante que o professor inicie um processo de conhecimento do aluno, para que assim observe o contexto em que ele vive e seja possível elaborar estratégias didático-pedagógicas eficientes para cada especificidade. A Educação Especial (EE) requer do professor uma grande criatividade e um ótimo planejamento de aula, uma vez que os recursos são escassos, este deve desenvolver estratégias simples e eficazes para levar conhecimento aos alunos.

Podem ser encontrados inúmeros projetos onde professores utilizam de materiais simples para potencializar o aprendizado durante as aulas. Um deles é a preparação de adubo caseiro, gerando conhecimento acerca do surgimento da vida, decomposição de materiais e



ciclo de nutrientes, formação dos solos entre outros (FERRAZ, 2014). Carvalho (2018) exhibe um jogo utilizado para aulas de matemática, o boliche de argolas, qual chama atenção dos alunos gerando uma motivação competitiva e principalmente o conhecimento. A figura a seguir exhibe este jogo.

Figura 1 - Pino de boliche e argolas da matemática.



Fonte: Carvalho (2018)

Outro recurso citado por Lima, Carvalho e Costa (2017) são os recursos visuais, que chamam a atenção dos surdos motivando-os a continuarem atentos e engajados. Porém, não são os mais viáveis uma vez que nem todas as escolas e alunos dispõem de tal material, seja tablets, computadores ou mesmo celulares.

A multimídia vem se mostrando como um fiel aliado da educação inclusiva a partir do uso das TICs- tecnologias de Informação e Comunicação. A inserção das TICs na educação bilíngue auxilia na construção de um espaço de compreensão e produção ativa do aluno em contato com o mundo acadêmico. Neste sentido a indisponibilidade de tais recursos fazem grande falta na formação de alunos da EE, sendo um dos grandes obstáculos nos espaços de atuação de professores de libras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação específica foi realizada na Escola EPLGO, localizada em Caraúbas no Rio Grande do Norte. A referida escola atende ao público de jovens e adultos, desde o Ensino Fundamental ao EJA. A mesma funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) e conta atualmente com 27 professores no ensino e catorze funcionários.

Durante a observação, que teve como público alvo os alunos da sala de aula do AEE (Atendimento Educacional Especializado), foi analisado que tinha em sua composição três alunos surdos. As aulas eram ministradas nas segundas para um aluno que atende a faixa etária dos 18 anos e nas quintas para duas alunas que ambas têm 17 anos. O AEE tem por finalidade



auxiliar na aprendizagem dos alunos que possuem alguma carência, segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Apenas um professor ministrava aula para estes alunos, onde este possui graduação em Letras Libras e mestrado em educação. O mesmo mostrou uma didática diversificada e atenta para as dificuldades dos alunos, buscando sempre o aspecto visual e as vivências dos mesmos para estimulá-los.

Os temas das aulas giraram em torno de matemática básica e português com assuntos do cotidiano, todos ministrados em Libras e também Língua Portuguesa escrita. Durante as aulas foi observado que os alunos possuíam muita dificuldade tanto em português quanto em matemática, mas pelo fato de as disciplinas serem ensinada em Libras, já os motivava para se esforçar. O professor que ministrava as aulas também era surdo. Este afirmou que se identifica com a tendência pedagógica progressista, campo que visa uma análise crítica da situação de cada aluno para assim traçar uma metodologia que atenda às necessidades do educando.

Após as aulas observadas, o professor foi questionado acerca de sua opinião sobre os obstáculos na atuação de professores em Libras de modo geral, através de um questionário, o mesmo respondeu que a dificuldade se inicia desde a pouca disponibilidade da graduação propriamente dita por se tratar de um curso recente no mercado, citou que por mais que seja de direito do aluno um acompanhamento de um tradutor/intérprete de Libras durante as aulas de ensino regular isso não vem a acontecer sempre pelo fato de terem poucos profissionais capacitados para tal cargo.

Também mencionou a falta de recursos, como os visuais ou mesmo de materiais simples para tornar as aulas mais práticas e participativas; outro ponto citado foi sobre a pouca disponibilidade de aulas, pois somente ocorria uma vez na semana para cada turma. Em que este professor além de trabalhar especificamente com o AEE ainda dava suporte a formações para os demais alunos e funcionários da devida escola com orientações e aulas em Libras.

Quando perguntado sobre como lidava com estas dificuldades encontradas no espaço educacional o professor citou que sobre a indisponibilidade de materiais didáticos e a falta de recursos específicos para Libras podiam ocorrer adaptações ou modificações para que pudesse desenvolver seu trabalho de forma eficaz. Como, por exemplo, eram utilizados materiais já existentes no local para dinamizar as aulas, como os próprios materiais escolares.

Já sobre a pouca quantidade de aulas semanais a única forma encontrada era o total aproveitamento dos horários disponíveis, para isto o professor citou que fazia uma ótima



preparação da aula, de modo que conseguisse render o máximo possível com o tempo disponível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação de professores na Educação Especial para surdos necessita de um olhar mais afundo, pois são inúmeras as dificuldades de atuação. A maioria dos municípios brasileiros não dispõem de um número de professores e tradutores/intérpretes de Libras suficientes para o acompanhamento dos alunos especiais. Ou seja, a efetivação dos direitos destes acaba não ocorrendo de forma constitucionalmente amparada.

A pouca disponibilidade de cursos de Libras se dá devido à recente inserção da Libras como L1 que somente ocorreu após os anos de 2002, sendo reconhecida e difundida oficialmente com menos de 20 anos. Assim, a luta diária dos alunos surdos faz com que mais profissionais busquem se especializar e atenderem efetivamente estes. Além da pouca presença de professores de Libras no mercado, outro obstáculo está na indisponibilidade de recursos para o desenvolvimento das diferentes estratégias didático-pedagógicas, como foi citado pelo professor investigado.

O presente projeto possui suas limitações por seu estudo prático ter ocorrido somente em uma escola de um município, porém, o mesmo poderá servir de respaldo teórico para futuras pesquisas na área. Além de incentivar novas produções práticas sobre a temática, de modo que a Educação Especial seja tratada com a real importância que deve ter.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n°. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a **Lei n°. 10.436**, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei n°. 10.098, de 25 de agosto de 2020. Brasília, 2005.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n°. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação. 11ª Ed., 1996.

_____. **Lei n°. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Lei n°. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CARVALHO, Carla Cristina Coelho. **Laboratório de recursos didáticos como intervenções para o ensino de matemática para alunos surdos**. 2018, 73 f. Trabalho de Conclusão de



Curso (Licenciatura Plena em Matemática). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Santana do Araguaia – Pará, 2018.

COSTA, Walber Christiano Lima da. **Tradução da linguagem matemática para a libras: jogos de linguagem envolvendo o aluno surdo.** 2015, 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas). Universidade Federal do Pará. Pará – Belém, 2015.

COSTA, Walber Christiano Lima da. Et. al. **RECURSOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA: UMA PROPOSTA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS.** Revista GPES Estudos surdos. Marabá-PA, v. 1, n. 1 (2018). <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/revistagpes>.

FERRAZ, Tássia Alessandra De Souza. **RECURSOS DIDÁTICOS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.** 2014, 5f. I Seminário Internacional de Inclusão Escolar. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, outubro de 2014.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, p. 105-124, Aug. 2011.

KOCHE, J. C. **Pesquisa científica: critérios epistemológicos.** Petrópolis: Vozes, 2005.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Formação de Professores de Língua Brasileira de Sinais: reflexões sobre o impacto desta ação para a educação. **Educação e Filosofia**, [S.L.], v. 29, n., p. 279-299, 1 jan. 2015. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/revedfil.issn.0102-6801.v29nespeciala2015-p279a299>.

LORENZATO, S. (Org.). **O Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores.** 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Formação de Professores)

MINAYO, M. C. S.; GOMES, R.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

PIOVESAN, Armando e TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública **Rev. Saúde Pública.** vol.29 n.4. São Paulo. Aug. 1995. Current Comments. (SciELO). <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>.

SILVA, Thalyta Naywme do Vale. **Educação Inclusiva: os caminhos para uma verdadeira inclusão.** 2016. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nava Cruz/RN, 2016.